

## ESTRABÃO E A ENUNCIÇÃO DE UMA “ESTRUTURA DE ATITUDES E REFERÊNCIA DA CULTURA IMPERIAL”

Norma Musco Mendes\*

### *Abstract*

*This paper aims to demonstrate how the space and time contexts are united in the socio-physical entity of the human body, through the analysis of the meaning of dressing the toga.*

Os resultados obtidos pela pesquisa que venho realizando com o auxílio do CNPq, intitulada “Romanização: conceito e prática na Lusitânia” nos permitem demonstrar como os contextos de espaço e tempo são unificados na entidade sócio-física denominada de corpo humano.

A referida pesquisa tem demonstrado que o termo Romanização é bastante complexo e seu estudo se impõe por ser uma temática praticamente inesgotável e de difícil deslindamento. Seu estudo suscita questões sobre as relações entre culturas diferentes, aos fenômenos de contato e contaminação cultural, mudança social, processos de construção de identidades e relações de poder. Romanização é entendida por nós como um modelo para se considerar a mudança cultural iniciada pelo Império de Roma. No entanto, se impõem duas perguntas:

- 1) Foi a cultura cêntrica imperial imposta aos provinciais ou se espalhou através da ação da população local?
- 2) O estudo da Romanização nos fornece subsídios para entendermos o relacionamento entre as culturas locais e Roma?

Certamente, existe uma grande quantidade de testemunhos que justificam o termo cultura oficial romana ou cultura imperial”, porém não pode ser confundido com a idéia de homogeneidade cultural. Refiro-me ao exército, às instituições civis (religião, administração, direito), edifícios

---

\* Prof<sup>a</sup>. Adjunta - LHIA/IFCS/UFRJ. Bolsista do CNPq 2C.

E-mail: muscomendes@uol.com.br

cios, cerimônias, planejamento urbano, práticas sociais da vida coletiva, rede viária, sistema econômico, formas de representação da presença imperial (estátuas, moeda, culto). No entanto, argumenta-se que os testemunhos arqueológicos apresentam grande diversidade, de acordo com as diferenças provinciais e diferentes momentos históricos. Quer dizer, como, para quê e por quê os provinciais se utilizaram dos padrões identitários da cultura romana. Assim, o conceito do que era “romano” e o que era “nativo” não pode ser homogêneo. Por outro lado, também seria simplista afirmar que o uso e adoção da cultura material romana foi uma questão de aceitação ou resistência. O que encontramos nas regiões do Império Romano com base na análise dos vestígios materiais é uma situação de grande complexidade. Em muitas províncias, através de intermediários, a cultura romana chegou após já ter interagido com culturas diferentes. Por outro lado, as chamadas instituições romanas foram utilizadas em locais e de acordo com valores culturais diferentes. Daí o estudo da Romanização envolve a forma de como a cultura romana e as culturas regionais foram ajustadas, desenvolvendo-se no Império culturas híbridas, perante as quais os agentes individuais tinham grande opção de escolha sobre como construir e apresentar a sua identidade dentro do contexto do domínio romano.

Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo, ou seja, sistemas partilhados de significação. São construídos, assim, sistemas classificatórios – simbólico e social – que dão sentido ao mundo social construindo significados, marcando a diferença e fabricando as identidades (WOODWARD, K. 2000: 41). Neste sentido, pode-se afirmar que no Império Romano, ao longo do século final da República e do Alto Império, houve uma “cultura imperial”, a qual foi imprescindível para a identificação e reconhecimento dos provinciais como integrantes do Império Romano, quer dizer, para a construção de sistemas representacionais criados a partir de experiências culturais partilhadas (HUSKINSON, J. 2000: cap. III). Algo que não anula a existência de uma diversidade cultural no Império Romano, pois defendemos a hipótese de que a tipologia dos modos de contato permitiu a mistura dos seres humanos e dos imaginários, quer dizer, a mestiçagem (GRUZINSKI, S. 2000: 42). Tornou-se possível o aparecimento de identidades e culturas fronteiriças e o desenvolvimento da “prática crítica” de negociação cultural que pretende transcender às contradições dualista. Poderíamos chamar de experiências relacionais. Assim sendo, se observamos múlti-

plas interpenetrações do patrimônio simbólico e intensa circulação e apropriações culturais. O patrimônio simbólico passa alegoricamente de mão em mão pertencendo a todos (BAUDRILLARD, J.1996). Seguindo este raciocínio, partimos do pressuposto que o domínio romano possibilitou uma mundialização<sup>1</sup>, na medida em que não adotou uma postura de exclusão, buscando experiências relacionais que visavam à integração. Isto nos leva a confirmar a hipótese de Ed. Said de que há uma estreita conexão entre imperialismo e cultura numa dinâmica histórica complexa, pois a ação imperialista envolve a relação entre poder e cultura e implica a idéia de que o domínio não se restringe apenas ao desenvolvimento de forças de coerção, abrangendo idéias, formas, imagens e representações (SAID, E.1995:39). Assim, conceituamos Romanização como um processo bidirecional. Por um lado, pode ser considerada como a retórica do poder hegemônico, veiculando a identidade cultural romana e, por outro lado, significou um modelo de relacionamento entre as identidades culturais provinciais e a identidade romana, formando locais de ambigüidade.

Logo, o processo de Romanização adquiriu o caráter de uma estratégia de ordenamento espacial que encontra no Principado uma política sistemática de exploração e organização das regiões conquistadas, pondo fim ao amadorismo existente durante o governo republicano e um projeto político compatível com a tipologia de domínio que reflete os fundamentos identitários da sociedade romana e a sua concepção de mundo.

Neste contexto sociopolítico e cultural inserimos a produção de discursos que sistematizavam uma “estrutura de atitudes e referência da cultura imperial”, os quais representam uma “suturação” entre um novo tempo histórico de Roma e a necessidade de construção da identidade imperial (HALL,S.2000:103). Refiro-me, principalmente aos discursos de Estrabão, Plínio, Pompônio Mela, Tácito, Plutarco, Apiano, os quais podem ser caracterizados como os intelectuais orgânicos – (na linguagem de Gramsci) –, os quais apresentavam a consciência específica daqueles que dirigiam a sociedade: senadores, eqüestres e no nível municipal, os decurhões.

Era necessário para afirmar a identidade imperial dos romanos a criação de sistemas classificatórios estabelecidos por marcações simbólicas e sociais que mostrassem como as relações sociais eram organizadas, divididas e mantidas. Sistemas representacionais que marcavam as distintas peculiaridades regionais dos diferentes “romanos” e “não-romanos” que integravam o Império e entre os “romanos” e os “outros”, quer dizer, os bárbaros.

## Tomemos como exemplo Estrabão.

Estrabão escreveu uma geografia política fazendo uma divisão do espaço de acordo com a sua percepção dos grupos étnicos e descrevendo as dimensões do mundo habitado, o qual Roma dividia com os persas. No entanto, o *orbis terrarum imperium* tinha duas partes: território organizado pela administração romana que poderia ser ampliado e as *externae gentes*, as quais eram submetidas às relações de *patrocinium*, mas não anexadas<sup>2</sup>. Conforme afirma F. Hartog a atitude clássica perante “o outro” era baseada na diferença. Sua inferioridade era o resultado de uma carência ou de uma inversão do “civilizado”, sem as implicações de desprezo racial (HARTOG, F. 1988). Portanto, havia uma barreira moral entre romanos e “os outros” fundamentada no conceito de *humanitas*, o qual distinguia o homem civilizado do selvagem (VEYNE, P. 1992:283). As fronteiras do mundo romano eram aquelas do “universo civilizado” cercado por “bárbaros”. Somente a melhor parte da *oikoumene* deveria ser ocupada e organizada, podendo o resto ser incluído na medida em que estava aberto à “missão civilizadora” de Roma e à sua exploração econômica.

Vejam as duas passagens de Estrabão relacionadas à descrição da província da Lusitânia, a primeira referente à região do Alentejo e à segunda referente à região ao norte do Rio Tejo, mais especificamente à Beira Interior.

*(...) os turdetoi sobretudo os que vivem nas beiras do Baítis (Gualdaquivir) adquiriram inteiramente a maneira de viver dos romanos, até esquecer seu próprio idioma. Ademais, a maioria deles se tornaram latinos. As cidades agora colonizadas, como Paxaugousta (Beja), entre os celtas; Augusta Emérita entre os tourdouloi, e outras semelhantes mostram bem claro a modificação em sua estrutura política. Chamam-se togatoi aos iberos que adotaram este regime de vida, os próprios celtas estão hoje em dia entre eles, apesar de que em outros tempos tiveram a fama de serem mais ferozes” (L.III. 2, 15)*

*“Todos estes habitantes da montanha são sombrios, bebem apenas água, dormem no solo e têm cabelos longos como o modo feminino, apesar de que para combater os prendem na testa com uma faixa. Comem principalmente carne de bode, a Ares (Marte) sacrificam*

*bodes, prisioneiros e cavalos (...) Praticam lutas de ginástica, hoplítica e hípica, exercitando-se para o pugilato, a corrida, as escaramuças e as batalhas campais. Em três quartas partes do ano os montanheses não se nutrem que de bellotas, as quais secas e trituradas são moídas para fazer o pão. Bebem zýthos (cerveja), e o vinho que escasseia, quando o obtém é consumido nos grandes festivais familiares. Em lugar de azeite usam manteiga. Comem sentados sobre bancos construídos ao redor das paredes, alinhando-se neles de acordo com a idade e dignidades, os alimentos circulam de mão em mão, enquanto bebem, os homens dançam ao som de flautas e trombetas saltando alto e caindo de joelhos. Na Bastetania (sudeste da península) as mulheres dançam misturadas aos homens, unidos uns aos outros pelas mãos. Os homens se vestem de negro, vestindo a maioria o sagos (mantos de lã), com o qual dormem em seus leitos de palha. Usam vasos feitos de madeira, como os celtas. As mulheres usam vestidos com adornos florais". (III.3, 7)*

### **Quais as inferências que podemos retirar deste texto:**

Estrabão faz uma análise dos hábitos dos íberos com o claro objetivo de demarcar os fatores fundamentais que os identificavam como diferentes, como selvagens e euforiza a conquista romana e a criação de cidade em locais propícios como o fator fundamental para se exercer a ética civilizatória e o ato performativo de *agere civiliter*. Tornar-se cidadão impunha limites e modelava de várias formas a vida pública e privada através de um conjunto multifacetado de dispositivos que regulavam as práticas comportamentais e sociais. O discurso de Estrabão nos leva a afirmar que a cidadania é a chave para qualquer entendimento sobre identidade cultural dentro do Império Romano, sendo o conceito de como os romanos se viam e se identificavam. Os romanos não se identificavam pela etnicidade, grupo lingüístico ou descendência comum, se referiam diretamente como cidadãos.

Chamamos a atenção nestas passagens para os olhares sobre o corpo. Corpo como um dos locais envolvidos neste processo de estabelecimento de fronteiras que definiam quem eram os romanos, servindo de fundamento para a identidade dentro da diversidade cultural.

Seguindo o raciocínio de Judy Attfield o corpo deve ser entendido como uma "posição de objeto", o qual irá conter, personalizar os parâmetros cultu-

rais de um determinado tempo e lugar. Olhamos o corpo como uma junção dinâmica entre o interior subjetivo do indivíduo (natureza, essência não negociável) e o mundo objetivo exterior construído pelas relações sociais e pela cultura, aberto à mudanças e que é submetido a uma grande quantidade de contextos, condições experiências que agem formando e reformando o sujeito para a sua identificação relacional frente ao outro (2000:237ss.).

Isto fica evidenciado quando Estrabão menciona que os iberos que adotaram o estilo de vida romano chamavam-se *togatoi*, quer dizer, aqueles nativos que ao receberem a cidadania romana incompleta tinham o direito de vestir-se com a toga. Tácito também menciona que Agrícola introduziu nos Bretões o estilo de vida dos romanos e o uso da toga se transformou numa distinção entre eles (Agrícola 21.2).

### **Qual o significado do uso da toga?**

O sentido da toga relacionava-se para os romanos à história da *Civitas*, à memória dos seus ancestrais, pois era a vestimenta própria dos oradores, magistrados e senadores, cuja atuação tornou possível a criação e mantinha o Império.

O cidadão romano era um nome<sup>3</sup>, um corpo togado e fabricado por ensinamentos de higiene, alimentação, postura corporal, comportamento cívico, afetivo e moral, aos quais os romanos chamavam de *cultus*, cultura. Quando as regras ditadas pela *cultus* eram abandonadas, o homem se tornava repugnante, selvagem, *sordidus* (DUPONT, F.:285).

No início do período republicano poderia ser usada tanto pelos homens como pelas mulheres. A partir do século II a.C. passou a ser usada sobre a túnica e somente pelos homens. Igualmente a sociedade romana a toga se torna mais sofisticada. Transformou-se numa ampla vestimenta que necessitava de uma peça de lã fina (5 a 6 metros) cortada, inicialmente, em forma retangular e depois em semicírculo para que tivesse um melhor caimento e um mais rico drapiado. Caracterizava-se por ser uma vestimenta muito cara e a forma de vestir exigia um ajudante (escravo) especializado. Colocava-se o tecido sobre os ombros dividindo-o em duas partes de acordo com a altura e deixando-se uma parte duas vezes mais longa do lado direito. Passava-se o tecido sob o braço direito em direção às costas, cobrindo todo o corpo, drapiando e lançando o tecido para a frente sobre o ombro esquerdo. Apenas o braço direito e a cabeça ficavam descobertos, enquanto todo o resto do corpo ficava encoberto e, praticamente sem movimento. A toga não era a

vestimenta do cotidiano como o era a túnica. Era por excelência a vestimenta da paz, usada na atuação do cidadão nas cerimônias próprias do espaço urbano, em oposição às armas que vestiam o cidadão na qualidade de soldado.

Simbolizava a atuação cívica do romano e era o suporte visual que marcava a diferença sócio-econômica e política entre os cidadãos, simbolizado pelas cores. A toga do simples cidadão adulto era de lã crua, quer dizer, de cor bege. Os candidatos às eleições portavam a toga branca. A toga dos augures era da cor de açafreão, amarela. Os magistrados superiores, senadores e altos sacerdotes usavam a toga *praetexta*, branca com uma larga banda de púrpura ao redor.

Ademais, o seu uso marcava a diferença entre os homens e as mulheres e a identificação das mulheres. Nas Epístolas de Marcial (2.39) e nas Sátiras de Horácio (1.1.622-3) vemos referências no sentido de que a toga poderia ser usada pelas prostitutas e seria um presente apropriado para as adúlteras (CROOM, A. T.2002:92).

Apesar de ter sido usada pelos provinciais que integravam o grupo dos decuriões, como uma forma de demonstrar a adoção do estilo romano de vida, não substituiu as vestimentas locais, conforme atestam as imagens dos túmulos e dos mosaicos. Algo que reforça nossa hipótese de trabalho de que a tipologia dos modos de contato era baseada em estratégias de não exclusão.

Certamente, sofreu mudança de estilo ao longo do Império, porém resguardou o seu simbolismo como fator de identificação do cidadão romano e de classificação das diferenças nas relações de poder entre os grupos que compunham a sociedade romana, seja no nível do centro, seja entre os provinciais e os “outros”.

### **Logo, era um símbolo da cidadania romana e de civilidade.**

Toda a simbologia representada pelo uso da toga nos demonstra que o corpo humano deve ser entendido como um fato social, pois é representado por símbolos que expressavam a imagem que a sociedade faz de si mesma e a forma como ela quer ser vista e identificada.

Conforme já foi mencionado, a toga encobria todo o corpo do cidadão e os seus drapeados escondiam as singularidades. Ficavam descobertos apenas a cabeça e o braço direito. Logo, seguindo o raciocínio do antropólogo José Carlos Rodrigues exposto na obra *O Tabu do Corpo*, podemos concluir que para se olhar, no sentido de pesquisar, examinar, sondar, procu-

rar ver e identificar o corpo de um cidadão romano, bastava uma toga, uma cabeça (racionalidade, criatividade, capacidade e personalidade) e uma mão, a direita, aquela que expressava o comando.

Parece-nos que podemos concluir que a linguagem do corpo foi um instrumento de Romanização, constituindo-se num discurso de hegemonia. Integra a “estrutura de referências e atitudes da cultura imperial” formada pelos sistemas partilhados de significação da sociedade imperial romana, por meio do qual as diferenças eram marcadas e as identidades fabricadas.

## **Bibliografia**

Publishers Ltda. 2000./

Attfield, J. *Wild Things. The Material culture of everyday life.* Oxford International DUPONT, F. *Le Citoyen Romaine sous la République.* Paris: Hachette, 1994.

BRAUDRILARD, J. *El Crime Perfecto.* Barcelona: Anagrama, 1996.

CROOM, A. T. *Roman Clothing and Fashion.* USA: Tempus, 2002.

GARCIA y BELLIDO, A. *España y los Espanõles hace dos mil años. Segun da Geografia de Strábon.* Madrid: Espasa-Calpe, 1968.

GRUZINSKI, S. *O Pensamento Mestiço.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, S. Quem precisa da identidade? IN: SILVA, Th.T. da (org.) *Identidade e Diferença.* Petrópolis: Vozes, 2000.

HARTOG, F. *The Mirror of Herodotus.* University of California Press, 1988.

HUSKINSON, J. (edit) *Experiencing Rome. Culture and Power in the Roman Empire.* London: Routledge, 2000.

RODRIGUES, J.C. *Tabu do Corpo.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

SAID, E. W. *Império e Cultura.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TACITO. *Agrícola.* tradução de Agostinho da Silva, Coleção Horizonte – Clássicos, Portugal, 1974.

VEYNE, P. *Humanitas: Romanos e não Romanos.* IN: GIARDINA, A. *O Homem Romano* Lisboa: Presença, 1992. p.283.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Th.T. da (org.) *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

### Notas

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo mundialização em vez de globalização com base na idéia de que a globalização visa à homogeneidade e a mundialização visa à diversidade, a multiplicidade, permitindo o reencontro das comunidades, da cultura, dos indivíduos, acelerando a exposição à alteridade. Tais conceitos são desenvolvidos no livro LAPLANTINE, F. et NOUSS, A. *Métissages: de Arcimboldo 'a Zombi*. Paris: Pauvert, 2001.

<sup>2</sup> *Cosmographia*, 2.5.8 Apud W HITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study*. London: Johns Hopkins University Press, 1994. p. 12 ss.

<sup>3</sup> Tria nomina prenome – (nome próprio), nome – (gentílico), cognome – (sobrenome).